



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0130/06	DATA: 16/2/2006
INÍCIO: 10h35min	TÉRMINO: 12h15min	DURAÇÃO: 01h40min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h41min	PÁGINAS: 33	QUARTOS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

VANTUIL LUÍS CORDEIRO - Chefe da Divisão de Repressão ao Tráfico Ilícito de Arma — DARM/DCOR, do Departamento de Polícia Federal.  
MAURO SPÓSITO - Coordenador de Operações Especiais de Fronteiras — COESF/DIREX, do Departamento de Polícia Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Há expressões inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Quero primeiro informar ao plenário que o Deputado Paulo Pimenta, o Deputado Francisco Appio e o Deputado Colbert Martins receberão uma designação para irem a Uruguaiana para fazer a avaliação final daquele caso envolvendo outro Deputado aqui na CPI. E eu gostaria também que o Delegado Dorneles pudesse acompanhá-los. *(Pausa.)*

Isso é uma discussão que nós fazemos com todos os membros, para que se possa chegar a bom termo nesse ponto, e eu ponho em discussão.

Não havendo quem quera discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

A reunião de hoje, para satisfação minha, de ver velhos amigos, velhos nem tanto pela idade mas pelo trabalho de muito tempo, porque eu me incluo nisso, apesar de que todos nós ficamos com cabelos brancos. *(Risos.)*

Eu gostaria de agradecer ao Delegado Mauro Spósito, ao Delegado Vantuil Luís Cordeiro, pela presença aqui. Vai ser muito importante nesse reinício dos trabalhos da Comissão... Ficamos com a Comissão parada por um tempo. Nesse reinício, eu gostaria de dizer da satisfação de revê-los, companheiros de luta na Polícia Federal, que sempre dignificaram a nossa instituição e o nosso País. Eu gostaria que os 2 se sentassem à frente aqui. Podem se sentar conosco, e vão fazer uma exposição acerca do problema do tráfico de armas.

O Delegado Vantuil Luís Cordeiro é o Chefe da Divisão de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, da Polícia Federal, no Brasil todo, e o Delegado Mauro Spósito é o Coordenador de Operações Especiais de Fronteira. Então, isso mostra a importância desses 2 depoimentos, que eu considero vitais para que possamos reiniciar, e reiniciar numa direção correta os trabalhos desta CPI.

Eu gostaria de dar a palavra aos 2. Podem escolher quem quer falar primeiro. Então, Dr. Vantuil fala primeiro, e posteriormente o Dr. Mauro Spósito fala. O



assunto todos nós já sabemos, que é o assunto-tema desta Comissão. Fiquem à vontade, pelo tempo que desejarem.

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço-lhe as palavras, e é com muito carinho que a gente também vem aqui procurar mostrar o que realmente fazemos, o que estamos fazendo e as nossas perspectivas. Agradecemos também ao Relator, Deputado Paulo Pimenta, a quem a gente cumprimenta; ao Exmo. Sr. Deputado Luiz Couto, que também está ao lado. Muito obrigado aos senhores.

Nós temos aqui uma apresentação, não queremos de jeito nenhum esgotar nenhum assunto, até porque de alguns desses dados os senhores já até têm conhecimento. É apenas para a gente entabular uma idéia de mostrar para os senhores o que realmente fazemos e o que a Polícia Federal tem, qual a estrutura, apenas para a gente ter uma idéia.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A Divisão de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, que está contida dentro da Diretoria de Combate ao Crime Organizado, foi criada... A Diretoria de Crime Organizado foi criada em 2003, por essa Portaria nº 1.300, que também criou a Divisão de Repressão ao Tráfico de Armas e, por conseguinte, as delegacias, nos Estados.

À Divisão de Repressão ao Tráfico de Armas, como está no art. 56, compete planejar, orientar, enfim, definir a política interna do DPF na área de combate ao tráfico ilícito de armas e controlar as operações.

Nós estamos contidos na Diretoria de Combate ao Crime Organizado — DCOR. Dentro da DCOR, nós fazemos parte de um rol de divisões que são a nossa, Divisão de Repressão ao Tráfico de Armas, e Divisão de Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio — crimes financeiros e crimes ligados ao tráfico de entorpecentes. Então, nós estamos todos nesse rol do crime organizado.

Essas são as nossas instalações, no edifício sede, em Brasília. Na verdade, a montagem da parte estrutural ocorreu no final de 2004.



Aqui estão as atribuições das delegacias nos Estados. Em cada Estado da Federação há uma delegacia especializada em repressão ao tráfico de armas, também criada pela Portaria nº 1.300. Sua normatização foi definida na instrução normativa do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, em 2005. Os senhores podem ver que é muito recente.

Nas superintendências regionais, nossa delegacia está subordinada à Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado — DRCOR. Então, como os senhores podem perceber, estamos todos dentro de um trabalho desenvolvido com o fim de combater o crime organizado.

Eu gostaria já de falar — até para ser mais breve — de algumas operações. A Polícia Federal, no ano passado... Isso aqui não esgota, como disse, nosso trabalho, até porque nós tivemos uma atuação ainda pequena, no ano passado, por causa da criação e implementação de todo o sistema, mas a Polícia Federal já exercia esse trabalho nas fronteiras, de forma geral, em outros segmentos, como no combate ao tráfico de drogas e ao contrabando. Estamos tentando nos especializar nesse sentido.

No eslaide anterior, que fala da Operação Gatilho, colocamos umas 3 operações, para a gente ter uma idéia e entabular a conversa. O ano passado, aliás, a operação começou em 2004 e veio a definir e ter o seu fecho final já em março de 2005. Apreendemos quase 3 milhões de itens nessa operação, que foi desenvolvida entre os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul. Ela começou no Estado de Pernambuco, depois que foi descoberta uma determinada pessoa, que inclusive já foi ouvida pela CPI, comercializando munição e arma de fogo. Daí conseguimos mapear toda a rota dele e apreendemos um caminhão (esse eslaide à direita) com fundo falso, que transportava mercadorias — munições e pólvora — de forma irregular, sem autorização do Exército.

Então, foram quase 3 milhões de itens, isso contando desde pequenas espoletas, cartuchos vazios, pontas, quase 1 milhão e 200 só de cartuchos carregados, de diversos calibres, que estavam sendo comercializados irregularmente.



Isso, para nós, no primeiro momento, nessa divisão, foi um trabalho realmente espetacular, porque já começamos vendo o que estava ocorrendo no País: esse desvio de munição a partir da comercialização.

No decorrer desse ano, tivemos um trabalho em São Paulo, a Operação Chumbo Grosso, desenvolvido na Superintendência de São Paulo, com apoio nosso, da nossa coordenação. Tivemos essa operação e nas suas 4 fases chegamos a apreender diversas armas de grosso calibre, armas que estavam chegando muito facilmente a grupos criminosos não só de São Paulo, mas também do Estado do Rio de Janeiro e outros da Federação, até por telefone celular. Eles utilizavam um celular, com a fotografia da arma, mandavam para aquela pessoa interessada e a pessoa *“não, quero tal arma”* e eles enviavam a arma para cometer crime de assalto a bancos, ou roubo de cargas, enfim, ou no tráfico de drogas.

Como os senhores podem ver, a quantidade de armas, inclusive com silenciadores, armas de diversos calibres.

Nas fases 2 e 3, tivemos a apreensão de ponto 30, armas realmente de poder de fogo muito alto.

Aqui temos a última fase da Operação Chumbo Grosso. Talvez os senhores já tenham ouvido o delegado que presidiu o inquérito, o delegado chefe de São Paulo — eu não sei se ele falou sobre essa fábrica. Na verdade era um armeiro, mas, no fundo, eles fabricavam armas. Eles têm, como podem ver no lado de cá, um torno. É um parque de máquinas destinado a fabricar armas. Tanto que foi apreendido no Estado do Rio ... Esta arma, acreditamos que ela tenha sido fabricada nessa fábrica, por esses armeiros, em São Paulo. É uma metralhadora com poder de fogo alto também.

Acho que temos de nos preocupar com todos os segmentos: com os armeiros, com a importação irregular, com a fabricação interna, com o ingresso irregular no País. Então, há uma gama de preocupação.

Esta é uma pequena operação armada que se desenvolveu no Estado da Bahia, é muito recente, agora, de novembro a dezembro. Trazemos aos senhores para mostrar que o comércio irregular de munições no País está muito aberto; a



coisa está muito fácil. Essa operação saiu assim quase que do nada, apenas de conversas, as pessoas passando informação. Começamos o trabalho e chegamos a 44 mil itens apreendidos dentro de casa, de uma residência na Bahia. Isso demonstra que, no Brasil, ocorre de uma forma muito fácil essa comercialização e a munição chega muito facilmente às mãos dos delinqüentes.

Aqui temos um resumo das operações. A Operação Gatilho que devemos ter aí um pouco mais de 3 milhões de itens apreendidos; a Chumbo Grosso, alguma coisa perto de 18, 19 mil, armada com coisa de 44, como já dissemos. No total, no ano passado, nessas 3 operações, tivemos aí quase 3 milhões e 400 mil itens apreendidos. Isso é uma pequena amostra, para os senhores terem noção do que ocorre no Brasil.

A idéia, na verdade, é trazer as duas situações. Essa, que eu até agora expus, é uma situação nossa, interna. O Brasil, eu acredito que seja um problema também... Nós somos um problema para a América Latina, nós somos um problema para o mundo, quando produzimos e não controlamos. Somos um problema. De fato, se nós temos, internamente, esses problemas que estão aí e são a realidade, nós temos as munições vendidas em sacarias, no interior do Brasil, em pequenos mercados. Quer dizer, mesmo que o Exército tenha o registro, o controle das sacarias, aquele mercado tem a segurança ideal para poder vender essa munição? Será que tem? É uma situação que, eu acho, precisa ser discutida. É necessário. Nós acreditamos que tenha uma fiscalização efetiva, física desses estabelecimentos. Esses estabelecimentos precisam ser fiscalizados, ser bem orientados. Nós acreditamos. Essa é uma posição nossa, pessoal.

O outro segmento, que nós vamos agora entrar, é, de fato, a questão internacional, o problema de nossas fronteiras. Trouxemos aqui também algumas apreensões, apesar de que os senhores, talvez, tenham conhecimento de alguma, só para a gente, realmente, entabular a conversa e ter alguma coisa para apresentar.

Essa apreensão de 5 granadas ocorreu em Medianeira, agora, dia 2 de novembro. O inquérito foi instaurado, lá, em Foz do Iguaçu, com duas mulheres.



Elas tinham essas 5 granadas atadas ao corpo e uma outra com cocaína. Infelizmente, pelo que nós levantamos, elas não disseram de onde nem qual a origem dessas granadas. Mas eu coloquei aqui, até para ilustrar, que é uma preocupação nossa nos foros internacionais, principalmente junto à OEA, que todas as armas e as peças de reposição sejam marcadas, que não saiam de fábrica... A ACIF já deve incorporar isso a partir do próximo documento. Essas granadas não têm nenhuma identificação que diz a origem, o fabricante. Tanto é que temos aqui uma nota de rodapé que mostra uma parte do laudo pericial, no qual os peritos dizem que não há elementos que pudessem levar à identificação dos fabricantes das granadas e que as granadas possuem características de fabricação industrial. Logo, elas foram produzidas numa indústria, pode ser pequena ou pode ser grande. Mas, de qualquer forma, essas granadas estão entrando no Brasil. Essas aqui foram via Ponte da Amizade, essas 5 granadas. Nós tivemos agora, recentemente, uma outra apreensão, em São Paulo, de granadas também que vieram via Guaíra, nós temos aqui também o documento com o inquérito que foi instaurado em São Paulo, o que demonstra, claramente, que as nossas fronteiras do Brasil, principalmente do Rio Grande do Sul até o Mato Grosso do Sul, especialmente, estão sendo utilizadas, sistematicamente, para o ingresso de armas, explosivos e munições de forma muito aberta e muito falha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - As fronteiras do Rio Grande do Sul seriam com Uruguai e Argentina?

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Sim. Exatamente. Uruguai e Argentina. Temos uma apreensão em Livramento, recente. Um oficial do Exército estava num ônibus, entrando por Livramento — parece que o inquérito foi tombado em Livramento —, com fuzis FAO. Eu tenho uma apreensão aqui também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Do nosso Exército?

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - É. Do nosso Exército. É um tenente do nosso Exército. Essas munições, eu coloquei aqui. Vou ter que voltar ao foco, porque, na verdade, nós imaginamos que isso aí, infelizmente, não foi investigado. Mas essa munição foi apreendida em Manaus pela Polícia Civil, em 2004, munição





produzida no Brasil, que, acreditamos, estava sendo preparada para sair do País. É uma quantidade enorme de munição: ponto 50; ponto 762; 9 milímetros e cerca de 5 mil detonadores de explosivos.

Aqui, no detalhe, podemos observar que são munições CBC. Está escrito: "CBC". Munição produzida no Brasil, apreendida em Manaus, que, possivelmente, não temos certeza, seria destinada ao exterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - A origem, claro, é a fábrica CBC. Mas qual é o trâmite?

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Infelizmente, essa munição foi abandonada, não foi possível prender pessoas ou ouvir pessoas, realmente, diretamente relacionadas. Infelizmente, não foi possível. Mas eu trouxe aqui, para mostrar aos senhores que a munição, como: .30, 762, produzida no Brasil está sendo comercializada e destinada também ao exterior. Só para mostrar aos senhores o trabalho da Polícia Federal, nós, no ano passado, realizamos, com o objetivo de criar uma política nova no departamento, mostrar aos policiais o interesse do Governo em combater o tráfico de arma, o comércio ilícito de armas e munições, dois encontros no ano passado. Até o primeiro coincidiu, felizmente, com a instalação da CPI em Goiânia. Foi magnífico. Encontramos em Goiânia todos os chefes responsáveis por delegacias do Brasil todo. Realmente, foi um momento muito bom. E o segundo, em Foz do Iguaçu, já em agosto, tivemos oportunidade de receber diversos segmentos de segurança pública: Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, ABIN. Conseguimos realizar um curso, que, acredito, foi de larga importância. Trouxemos alguns policiais da Argentina, do Uruguai, do Paraguai. Isso já nos rendeu lucros, porque fizemos bons contatos e amigos no Uruguai, no Paraguai, pessoas voltadas para esse trabalho. Tanto que, no caso do Paraguai, estamos hoje falando muito rapidamente com a DIMABEL, que é a Direção de Material Bélico. A gente passa *e-mail* para eles, no outro dia, estão responde que tal arma veio de tal lugar. Agora, recentemente, eles nos pediram informação sobre essas armas apreendidas em São Paulo que vieram por Guaíra. Eles querem saber de onde saíram essas armas no Paraguai. Eles nos passaram *e-mail*, foi uma





manifestação deles. Nós estaremos informando em breve a eles. Esses encontros têm, realmente, surtido efeito. A política, eu acredito, de disseminação dessa idéia de combate ao tráfico de arma no Brasil está sendo, acho, bem encaminhada. O Dr. Getúlio tem dado todo apoio; o Ministério da Justiça, através da SENASP e do Centro de Treinamento para a América Latina, tem dado todo o apoio. Por favor.

Esta é nossa apresentação quanto ao que nós fazemos. Também gostaria de mostrar para os senhores, comentar com os senhores sobre essa apreensão recente, de São Paulo, que nós tivemos: as armas que, talvez, tenham saído da região de Guaíra. O objetivo é demonstrar que realmente as nossas fronteiras estão sendo utilizadas para o tráfico de armas. Esta apreensão do dia 31 de janeiro, agora, em São Paulo, foi tombado o Inquérito nº 3.0013/06, demonstra muito bem a utilização dessa fronteira do Brasil especialmente com o Paraguai, que é esse caso onde foram apreendidos 3 fuzis, 2 metralhadoras e 5 granadas. Isso nos traz preocupação. Acredito que seja realmente o momento bom para que a gente pense, para que a gente procure desenvolver trabalhos conjunto, em todos os sentidos, em todas as áreas, principalmente com os países vizinhos, porque sozinhos, com certeza, nós não vamos dar conta; assim como tantos outros países do mundo tentaram fechar suas fronteiras e não conseguiram. Até fizeram muros, etc. e tal e não conseguem. Então, é preciso que a gente busque a integração, busque a interação, para que possamos conseguir e atingir o objetivo. Obrigado. Estou à disposição dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Dr. Vantuil.

Eu acho que o Dr. Mauro já pode fazer a exposição. Depois a gente abre para perguntas. Acham melhor assim? Acho que sim, não é, Relator?

Passo a palavra ao Dr. Mauro Spósito.

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade de poder estar aqui, falar algo a respeito do serviço que a Polícia Federal vem executando na área de fronteira. A Coordenação de Operações Especiais de Fronteira foi criada em setembro de 2003, no âmbito do Departamento de Polícia Federal, como uma das metas para combater o crime organizado. O seu



sistema de trabalho é totalmente diferenciado de nossas outras unidades, porque ela não tem efetivos. Ela trabalha com a comunhão dos esforços de outras áreas, integrando as ações das outras áreas. O efetivo da Coordenação é somente o coordenador, que busca, com isso, resolver problemas graves que temos em nosso seio. O Brasil tem 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres com 10 países e ocupa a maior parte da América do Sul, não tendo fronteira apenas com o Chile e o Equador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Permite-me só um adendo, só para os Deputados não se preocuparem. Esse material vai ficar conosco. Quem quiser cópia, depois, é só requisitar à Secretaria da CPI. É verdade?

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Já está. Portanto, nós temos uma área de fronteira razoável, ou seja, se nós formos verificar, nós temos uma faixa de fronteira que ocupa quase um terço do território brasileiro. Nós temos 16 mil quilômetros de linha de fronteira e 2 milhões e 400 mil quilômetros quadrados de faixa de fronteira. Dentro das determinações da Polícia Federal, a Direção Geral priorizou as nossas atividades na faixa de fronteira da Amazônia — que dos 16 mil quilômetros de fronteiras são 12 mil quilômetros —, particularmente, em decorrência da ausência do Poder Público, da densidade demográfica muito rarefeita naquela região. E nós instalamos operações de caráter permanente junto às faixas de fronteira. Em primeiro plano, que é a área primeira, nós instalamos a Operação COBRA, que é Colômbia-Brasil, junto à fronteira da Colômbia, nos 1.644 quilômetros de fronteira. Essa operação já vem há alguns anos sendo desenvolvida. Particularmente para nós foi um orgulho, porque nós antecipamos as ações que o Governo colombiano iria realizar em seu território para combater o narcotráfico e a guerrilha. Até hoje, nós conseguimos bloquear junto à fronteira que os complexos de produção de droga existentes em território colombiano não pudessem vir para dentro da nossa Amazônia. A outra operação é a VEBRA, Venezuela—Brasil, junto à fronteira da Venezuela, e PEBRA, Peru—Brasil, junto à fronteira do Peru. Numa outra situação, após a implantação dessa aqui, que é a área segunda de prioridade, nós temos o Operação BRABO, que é Brasil—Bolívia, e Operação Aliança, junto à fronteira do



Paraguai. A Operação Aliança já se desenvolve também há alguns anos somente em caráter episódico. Nós pretendemos transformá-la em permanente. A área Tango, que é junto à fronteira da Guiana e Suriname, no Norte do Brasil, também ativada com operações episódicas, mas que pretendemos transformar em ações permanentes naquela região. E, por último, a área Quebec, que é junto ao Cone Sul. E, veja, por último não por causa da importância, pelo contrário, é a área mais densamente povoada, porém é onde nós temos a maior concentração de nossos recursos é na área Sul. Portanto, poderá ser implantada, posteriormente, a operação Cone Sul junto à fronteira do Uruguai e da Argentina. A outra operação que desenvolve a COESF é a Operação Mamoré, que é combate ao crime organizado no Estado de Rondônia. Essa operação foi determinada diretamente pela Presidência da República e está sendo desenvolvida. Da mesma forma, é a Operação Roosevelt, que, em razão dos episódios que culminaram com a morte de 29 garimpeiros na área indígena Roosevelt, a Polícia Federal foi acionada para intervir naquela região que, dizem, ser uma das maiores jazidas de diamante do mundo. Outra operação, e essa talvez a que tenhamos mais orgulho em realizar, é a operação Ribeirinho. Já em todos os rios de penetração do Estado do Amazonas ela já foi desenvolvida e está sendo desenvolvida também agora junto à fronteira com Peru e Bolívia. Nós queremos implantar este ano junto à fronteira Peru e Bolívia. Ou seja, nada mais é do que nós estamos cooptando os ribeirinhos, antes que outros o façam, para que ele nos apóiem, porque, em realidade, são eles que conhecem a região. Não adianta nós, com toda essa pele branca, alcançar aquela área de sol cáustico, tentar andar naquelas selvas que eles andam com a maior naturalidade. Então, nós precisamos deles para poder fazer uma melhor vigilância daquela área. Essa é a operação doce de coco nosso. Outra operação é a Operação CRAF, ou seja, é a FARC pelas costas. A nós não nos interessa a questão, os motivos que levam a FARC a brigar com o Governo da Colômbia. O que nos preocupa são os efeitos de seus atos em território colombiano que venham a refletir em território brasileiro. Portanto, nós fazemos um acompanhamento de todas essas atividades. Uma outra operação, que é desenvolvida junto com a Agência Nacional de Petróleo,



é o controle de Abastecimento e Pouso de Aeronaves. É uma brincadeira que a gente sempre faz. Mas, depois de 20 anos de estudo, descobrimos que aeronave sem combustível não voa. Portanto, se a gente controlar o combustível, nós controlamos a aeronave. Uma outra ação que nós desenvolvemos são os centros regionais de inteligência. Nós já temos 2 centros regionais de inteligência funcionando, agregando os conhecimentos nas tríplices fronteiras. Ou seja, na fronteira Brasil—Peru—Colômbia nós temos um centro funcionando hoje. Temos um centro funcionando na fronteira Brasil—Bolívia—Peru também para intercambiar essas informações de ponto. A outra é a Central de Controle Aéreo, que seria a interface nossa junto ao SIVAM. Está também em fase de implantação. Porém, o objetivo desta apresentação é falar acerca do contrabando de armas. Indiscutivelmente, quem trabalha junto à fronteira tem o contrabando de armas como um dos temas principais. E nós identificamos 3 rotas principais que vêm nos causando grandes danos. A primeira rota é a que sai de Roterdã, vai ao Suriname e do Suriname para a Colômbia. A segunda rota é a rota do Panamá. Sai do Panamá, passa por dentro do território brasileiro, vai ao Paraguai e do Paraguai à Colômbia. A rota 3 sai da China, passa por dentro do território brasileiro, Paraguai e do Paraguai à Colômbia. Uma referência: por que Colômbia destino final? É porque é onde tem hoje o maior número de compradores. O comércio se efetua em razão do maior número de compradores. Nós fizemos uma avaliação dos armamentos, fornecedores de armamento: Alemanha, principalmente o AHKG3, que é o fuzil de assalto hoje melhor, pelo menos dito pelos combatentes de melhor qualidade, que tem seus pontos de intermediação entre Holanda e o Suriname, destino Colômbia. Isso não significa que não venha também para o território brasileiro. Quem hoje paga melhor é o colombiano, tem o mercado maior aberto; a Argentina, que tem como ponto de intermediação o Paraguai, destino Colômbia; o Brasil, que exporta para o Paraguai, que também retorna à Colômbia; a China, que exporta ao Paraguai, do Paraguai segue ao Suriname, do Suriname Colômbia; os Estados Unidos, que vendem ao Panamá, do Panamá à Venezuela, Venezuela, Colômbia; a Rússia, utilizando o território do México, Peru e Colômbia. Porém, o problema maior



que a gente verifica na atividade comercial não é a questão do armamento. Um fuzil de assalto hoje custa em média mil dólares, bem caro. E esse fuzil tem uma vida estimada de 10 anos; bem cuidado ele pode durar mais ainda. O que faz a riqueza é o comércio de munição. Um fuzil dispara/ano, em média, 10 mil cartuchos. A um dólar o cartucho teremos um consumo de 10 mil dólares o cartucho. Então, a essência do comércio clandestino de armas é a munição. O armamento nada mais é do que a forma de consumir munição. E também dentro desse quadro, sabendo que hoje a Colômbia atravessa um quadro crítico de guerrilha em seu território, portanto, sendo o principal consumidor, mas sempre dizendo, não nos esquecendo que nós, Brasil, também somos consumidores. Não estamos querendo retirar a nossa parte. Um dos principais fornecedores de munição é a Líbia, que os tripulantes líbios de navios petroleiros no porto livre de Roterdã, na Holanda, negociam facilmente cunhetes e cunhetes de munição que seguem Roterdã—Suriname. Em razão do Suriname ter sido colônia holandesa, tem livre acesso ao porto livre de Roterdã, trás essa munição para o Suriname e do Suriname é enviado para a Colômbia. Os Estados Unidos, que exportam ao Panamá, o Panamá que exporta ao Paraguai e que retorna à Colômbia. Na maior parte das vezes, a moeda de troca, a moeda de pagamento disso daqui é a cocaína. Cocaína que, posteriormente, vem sendo disponibilizada no território nacional, vai ser vendida em território brasileiro. A Coréia utilizando o Paraguai e o Equador para alcançar a Colômbia. O Brasil, também grande produtor de cartuchos. A Espanha através do Equador; a Argentina através do Paraguai; a Rússia através da Holanda e do Suriname; a China através do Panamá e do Paraguai. Nesse contexto, e eu quero colocar uma coisa, essa é uma opinião pessoal minha, não é refletindo... mas não poderia deixar de emitir isso daqui. Hoje, nós temos o Paraguai, país irmão do Brasil, uma área de 400 mil quilômetros quadrados, aproximadamente, uma população de 6 milhões de habitantes. As Forças Armadas paraguaias hoje somam um efetivo de 12.500 homens, aproximadamente. Pelas estimativas que fizemos, no ano de 2004 foram vendidas 90.000 armas. As pessoas, os gaúchos aqui devem lembrar-se daqueles revólveres calibre 22 feitos de zamak e alumínio, o que era comum de se vender.



Não que isso seja menos perigoso, mas o problema não é o comércio dessas pequenas armas, armas civis, assim por dizer, mas as armas de uso militar, de comércio livre de uso militar. As munições também — veja bem, mais uma vez colocando estimado —, 38 milhões de cartuchos vendidos. Indiscutivelmente, se esse comércio fosse beneficiar o povo paraguaio como um todo, teríamos que reconhecer. Mas isso aqui beneficia meia dúzia de comerciantes em Pedro Juan Caballero e meia dúzia de comerciantes em Ciudad del Este, que nem paraguaios são. Então, é um comércio — para mim — nefando, principalmente e particularmente porque, para ser vendido pelo Paraguai, ele cruzou o território brasileiro, o que não é permitido, é ilegal. Não podemos permitir que transite armamento por território brasileiro. Mas, não querendo levar a culpa somente para o lado de fora, temos também nossa parcela de culpa, temos também muitos desvios de munição de instituições policiais e das Forças Armadas. Recentemente, fizemos uma apreensão em Foz do Iguaçu, em 19 de dezembro de 2005, de munição .50. Vejam, munição .50 é para metralhadoras que não são utilizadas comumente pelo crime organizado, são metralhadoras pesadas, que necessitam de suporte. Então, isso tem um outro destino. Outro fato, também já mencionado pelo Dr. Cordeiro, é que em julho de 2004 houve uma apreensão realizada em Manaus, também demonstrando desvio de nossas próprias instituições, a munição foi desviada de nossas próprias instituições. Hoje, num quadro estimativo, temos que a América do Sul consome 1 bilhão de dólares/ano de munição. Dentro dessas munições, hoje pode-se dizer a coqueluche, são essas granadas utilizadas por *launcher*, não são granadas arremessáveis. São granadas lançadas através de *launcher*, com grande poder destrutivo. Hoje há *launcher* de até 100 dólares, arma feita em casa. Há um comércio muito grande de munição. Muito mais do que o comércio de armas, o comércio de munição hoje movimenta grandes somas de dinheiro aqui na América do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Quero agradecer. Acho que vieram informações bastante interessantes. Só para se ter uma idéia, no ano de 2004, enquanto o Paraguai comercializou 90.000 armas, segundo a estimativa,





comercializamos 9.579. Só para se ter uma idéia entre o tamanho da população do Paraguai, com 90.000 armas, e o tamanho da população brasileira, com 9.579 armas. Praticamente é 10% o que foi comercializado no nosso País. Claro que nos preocupa a situação da Colômbia, porque uma hora pode arrebentar em cima de nós. Mas eu diria que me preocupam mais ainda todas essas rotas de armas de guerra. Algumas já estamos vendo aqui nos morros do Rio de Janeiro, em São Paulo, na região Sul, onde foi usada a .50 para estourar carro-forte. Como foi bem ressaltado, como a Colômbia vive uma guerra, sempre o direcionamento maior é para lá. Veja que o Suriname — denunciemos isso há tanto tempo — até hoje continua da mesma forma. Armas de guerra que vêm da Argentina também, isso que já sabemos. Eu gostaria de saber se no Paraguai já foi feita alguma coisa nas lojas, ou se foram ver nas lojas se ainda vendem aqueles fuzis AR-15, esse tipo de armamento? Gostaria de saber isso.

**O SR. MAURO SPÓSITO** - A venda continua normal, sem problema algum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Ali em Pedro Juan Caballero, em Ciudad del Este?

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Em Pedro Juan Caballero, em Ciudad del Este. Há uma questão de que eles tratam... Temos como fuzil de assalto as armas de calibre 762 e 223, e eles tratam como rifles. Eles dizem que não são fuzis, mas rifles. Mas são fuzis de assalto, na realidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Matar uma lebre com aquilo é duro.

**O SR. MAURO SPÓSITO** - E são classificados universalmente como fuzis de assalto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Como fuzis de assalto, e eles consideram rifles.

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Quando desse curso que realizamos em Foz do Iguaçu, e posteriormente, em novembro, na parte paraguaia, tivemos oportunidade de não-oficialmente, convidados até por colegas da polícia paraguaia, visitar algumas dessas lojas. Claramente observamos esses fuzis que o Dr. Mauro





Spósito está citando à venda nas lojas. Isso está lá, qualquer um pode ir lá ver e, com certeza, pelo que observamos, adquirir a arma. Agora, eles vão realmente burlar, dá impressão, burlar a lei deles, fazendo um registro falso, uma informação falsa para a DIMABEL, que é o departamento deles que controla. Mas está lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Acho essa declaração importante, porque essa semana tivemos uma reunião com todos os embaixadores de Uruguai, Argentina e Paraguai. A informação que veio para o Embaixador paraguaio foi totalmente imprecisa, dizendo que as lojas não vendem esses fuzis, que na verdade ele mandou cónsules irem ver os fuzis lá em Ciudad del Este e em Pedro Juan Caballero. Como vamos fazer uma reunião quinzenal com esse pessoal todo das embaixadas, acho que é bom, porque já levamos a informação precisa de que, na verdade, os fuzis continuam sendo vendidos nas lojas. E essa é uma constatação do fim do ano passado, e estamos no início do ano. É uma constatação importante.

Num primeiro momento, esses países se assustaram quando dissemos que havia oficiais envolvidos. Mas no Brasil também há. Prendemos um subtenente em Rivera, se não me engano. Agora, há um tenente envolvido nessa munição apreendida. Tem que parar esse negócio. Muitas vezes pode chegar a ter um policial federal, um policial civil, um policial militar — como já aconteceu — envolvido com isso. Só que essas pessoas que entram para o tráfico de armas não são mais das Forças Armadas, não são mais da polícia, eles fazem parte dos bandidos. Temos que parar de pensar que isso vai desmoralizar a Instituição ou coisa parecida. Na Argentina, parecia que se ia acabar com as Forças Armadas se fosse constatado que havia algum oficial envolvido com isso. Não acaba, não. O que acaba com as Forças Armadas é passar a mão por cima. Aí, acaba com as Forças Armadas. Se começar a passar a mão por cima e fazer de conta que não existe, aí acaba. Por isso foi importante essa reunião em que todos disseram que querem colaborar. A hora de colaborar é agora, para descobrir quem está desviando esse material.



Não adianta, quando entra material das Forças Armadas, alguém das Forças Armadas tem que estar desviando. Nenhum civil vai entrar no paiol do Exército para pegar o armamento, a munição ou coisa parecida para resolver. Não há como. Tem que haver alguém fechando os olhos. Como a fronteira continua com venda livre de armamento pesado, alguém está fechando os olhos para a fronteira, e deveria abrir os olhos. Os olhos deveriam estar abertos, e não estão. A fiscalização está precária. A nossa fiscalização também é precária. Posso dizer isso no âmbito da fabricação de munição. Parece que a fiscalização vai até a porta da fábrica. Quando sai da porta da fábrica, quase não existe mais. Temos que mudar isso e continuar fazendo algo melhor.

Peço ao Deputado Luiz Couto que assuma a Presidência um pouco.

Passo a palavra ao Relator.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Dr. Vantuil e o Dr. Mauro Spósito pela apresentação que fizeram, extremamente didática, objetiva e esclarecedora.

Quero dizer ao Dr. Mauro que estou mais ou menos na situação do cara que descobriu que aeronave sem combustível não funciona. Custei a me dar conta de que arma sem munição também não adianta. No início do trabalho da CPI praticamente não falávamos em munição, era arma. Na medida em que o tempo foi passando, que os depoimentos foram ocorrendo, que as autoridades vieram contribuindo, também começamos a perceber que, na realidade, é muito mais dinâmico, muito mais ágil, é necessário que seja muito mais regular esse mercado de munições no mundo inteiro. Acho que o próprio Brasil recentemente está se dando conta desse aspecto bastante relevante.

Tenho formado uma convicção de que a questão do rastreamento das armas e um acordo internacional que garantisse mecanismos — como foi citado pelo senhor — de identificação de peças de reposição de armas, num trabalho integrado entre países, poderiam dar uma agilidade muito grande no sentido de identificação das rotas e assim por diante. Mas, por outro lado, percebi, visitando até mesmo fábricas aqui no Brasil, que existem determinados mercados do mundo — me



corrijam se eu estiver errado — que não querem armas identificáveis. Um dos critérios para a compra é a impossibilidade de identificação. E mesmo aqui no Brasil, as nossas fábricas resistem muito a fornecer identificação de compradores, lote, número de série de fabricação, principalmente da arma exportada.

Uma outra coisa sobre a qual também formei uma convicção — gostaria de ouvir a opinião dos senhores — é que essa operação triangular de arma e munição que sai do Brasil é exportada, ou às vezes só há a nota, e acabam voltando, via Paraguai, ou permanecem aqui dentro. Pelo que fomos informados, existem acordos que impedem, já há algum tempo, a venda de armas e de munição do Brasil para o Paraguai. Então, teoricamente, se conseguíssemos pegar essa arma brasileira que está lá e identificássemos o lote de fabricação e para quem ela foi vendida, poderíamos fazer o caminho para ver por onde ela andou antes de ir para o Paraguai. Acho que essa parte de rastreamento é uma coisa...

Mas como vamos rastrear munição? Se a perícia da Polícia Federal não consegue identificar aquela granada apreendida, como vamos fazer isso?

Gostaria que vocês pudessem falar um pouquinho mais sobre a questão da munição. O senhor disse que aquelas granadas são a coqueluche mais recente. De onde vêm essas granadas? Aqui no Brasil tem sido freqüente identificar essas granadas? Temos aqui uma opinião sobre a rota que traz essas granadas aqui para dentro do Brasil.

E as duas últimas questões. Como eu sou gaúcho, sempre vi a facilidade muito grande de comercialização de munição no Uruguai. É muito fácil comprar munição no Uruguai. E sempre tive também a informação de que o Porto de Montevideu é um porto muito, digamos assim, liberal em termos dos seus controles, e que existia uma rota forte que vinha via China, via Ásia, Porto de Montevideu, que é uma rota comum de entrada do contrabando. E a própria característica do Uruguai, de ser um país onde a legislação sobre lavagem de dinheiro é muito flexível, faria também do Uruguai um entreposto forte, passando por dentro do nosso Estado, principalmente a arma sendo utilizada como moeda de troca para a droga.



Por fim, essa arma de grosso calibre, essa arma que chega a São Paulo e Rio de Janeiro, na opinião de vocês, o que é? Ela é uma arma que a Colômbia vende para nós, é uma negociação que envolve grupos de traficantes como FARC? Digamos assim, é uma arma de segunda mão, é uma arma que vai para a Colômbia e volta? Há um esquema regular de fornecimento dessas armas de grosso calibre e de munição, que chegam direto ao Brasil? De onde, hoje, o PCC ou o Comando Vermelho busca o grosso dessa arma e dessa munição que nós apreendemos? Por exemplo, conseguimos identificar, em São Paulo e no Rio de Janeiro, a origem dessa arma, quando ela é apreendida? São essas respostas que eu gostaria de obter.

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Bom, Sr. Deputado, primeiro, quanto à questão internacional, temos participado, na ONU e na OEA, como lhe disse. E, infelizmente, países como os Estados Unidos não querem discutir a questão de controle de munição. Isso não é consenso nos fóruns da ONU e da OEA, que é o caso da CIFTA, e estivemos recentemente em Washington, não é consenso. Está, inclusive, entre colchetes para uma próxima discussão, porque não quiseram discutir, neste primeiro momento, a questão de controle de munição — de armas, são relutantes em alguns pontos. Eu coloquei essa questão da marcação de peças de reposição. Eles tiveram algumas dificuldades em aceitar, mas felizmente acataram essa nossa idéia de marcar principalmente o ferrolho, a estrutura e cano, com ressalva para o cano. Depois, acabou-se chegando a um acordo de apenas incentivar os países em marcar cano. Olha só a dificuldade deles. E a gente sabe muito bem que o cano é que traz justamente a marca que vai identificar de que arma saiu e quem realmente deu o tiro. Mas está-se avançando muito. Eu acho que, nos últimos anos, nos 2 ou 3 anos...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O senhor me permite, doutor?

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Fizemos uma visita à Taurus e insistimos muito que se desenvolvessem mecanismos de identificação internos, que não fossem só a raspagem, inclusive para o controle não da arma que vem de fora,



mas da arma... Mas não conseguimos — eu diria assim — sequer boa vontade para estudar a possibilidade. Criaram todo tipo de... Chegamos a sugerir, por exemplo, que houvesse um mecanismo, uma numeração, que, para ser raspada, tivessem que inutilizar a arma, por exemplo, que ficasse dentro do... No caso da polícia, se apreendeu ilegal, quebraria a arma e, na nossa compreensão, não seria uma coisa impossível de ser tecnicamente resolvida. Mas não encontramos boa vontade por parte dos fabricantes, nem dentro do País.

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Sem dúvida, Deputado. Primeiro, eles pensam na questão financeira, depois humanitária, depois o resto. Estamos um pouco ainda distantes dessa realidade. Quanto ao rastreamento, que o senhor disse, das armas apreendidas, às vezes, ingressas no País pelas nossas fronteiras, as apreensões que fizemos de armas pequenas, principalmente armas pequenas rastreáveis, por assim dizer, que são produzidas no Brasil, foram exportadas e, de alguma forma, chegaram ao exterior e, depois, reingressaram, temos notado que são armas que foram exportadas ou produzidas antes de 1997, antes de 1998. Não conseguimos até hoje apreender alguma arma produzida posteriormente a isso, a lei do SINARM. Só temos conseguido realmente rastrear armas antes disso. Então, eu acredito que ... Armas rastreáveis, porque algumas a gente apreende e não temos noção de qual foi o caminho que ela tomou. Agora, o senhor perguntou sobre a questão das armas de grosso calibre que chegam aos nossos grandes centros, especialmente São Paulo. Esses grupos criminosos que hoje, às vezes, estão dentro das cadeias, nos presídios, eles estão se abastecendo, talvez aí, mais de 60% ou 70% com armas vindas das nossas fronteiras com o Paraguai. O que mostra isso são as próprias apreensões, porque são sistemáticas: quase todo dia temos apreensão de uma quantidade de munição ou arma, na fronteira nossa com o Paraguai. Isso sempre sendo transportado em ônibus, carros pequenos, escondida dentro de carro, mas sempre para São Paulo...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Seria o formiguinha, aquele que vai levando...



**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Exatamente, nesse comércio formiga, às vezes até desmontada. Nós tivemos casos, nessa Operação Chumbo Grosso, que demonstrou esse tipo de trabalho, a preocupação deles em desmontar arma: uma mulher trazia uma parte das armas desmontadas, e a outra, a outra parte, em outro ônibus, para poder dissimular realmente essa situação. Então, eu acredito que a fonte principal hoje que abastece esse crime aí, que auxilia tanto no tráfico de drogas quanto nos crimes contra o patrimônio, eles vêm das nossas fronteiras, especialmente com o Paraguai. Não podemos esquecer também que temos apreensões no Rio Grande do Sul, que ingressaram pelo Uruguai, Argentina e também até pela Bolívia, em cima também, mas principalmente seria do Rio Grande do Sul até Mato Grosso do Sul, temos uma situação endêmica. Acho que o Governo tem que voltar os olhos para isso aí. Ao ponto, eu imagino, aí já vou caminhar sobre um palco um pouco mais complicado. Eu acho que o Ministro... Eu ouvi há pouco que o Ministro da Defesa criou uma Comissão. Eu acho muito importante, eu acho que aí começa já a vislumbrar alguma coisa, para alguém pensar, alguém falar mais sobre isso. Mas eu acredito que, num segundo momento, vamos supor que, por uma fatalidade, não se consiga muita coisa, acho que o Brasil precisava até levar para a ONU alguma manifestação para o embargo de vendas de armas para atores não estatais de países como esses, vizinhos nossos — para atores não estatais —, porque a preocupação é muito grande. Se as armas estão lá entrando, a gente rastreia e realmente as armas entram no Paraguai, eles registram, a arma vai para o comércio e é desviada. Então, por que estão recebendo essas armas, qual o benefício, como o próprio Dr. Mauro Spósito disse, qual o benefício do Paraguai, que, na verdade, às vezes, os recursos e o produto do imposto não ficam no Paraguai? Qual o objetivo? Então, que se leve a um fórum como o da ONU. Talvez a gente nem consiga o embargo, mas vamos levar. Acho que o importante é gritar, porque daí a pouco estaremos igual à África, com minas explodindo nos pés de crianças, e vamos ter granadas explodindo no morro, porque as granadas estão aí de fato, as apreensões mostram isso — lá estão elas. Apreendemos agora, mostrei há pouco, 10 granadas apreendidas em poucos meses.



**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Só o que foi apreendido.

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Isso o que foi apreendido.

**O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN** - Permita-me. Só para ilustrar, hoje o jornal *O Globo* mostra que houve uma guerra com explosões de granadas lá na Rocinha. Quer dizer, um negócio que deixou todos os moradores lá, inclusive, nas imediações, totalmente preocupados. Claro, estourando bomba na Rocinha. Um dos moradores disse que só ele ouviu 5 explosões de granadas lá na Rocinha.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Permita-me? Eu vou atrapalhar o seu raciocínio.

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Pois não. Absolutamente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Vou falar uma coisa aqui que eu não comentei nem com o Presidente. Eu percebi, nessa reunião a que o Presidente fez referência, onde estavam os embaixadores, a preocupação no Itamaraty, qualquer coisa que a gente dizia que nós achávamos, o Itamaraty se enchia de cuidados e de preocupação, não queria que tomássemos nenhuma iniciativa que não fosse... Nós queríamos mandar um documento para a Argentina comunicando que foi apreendido isso, queríamos pedir providências. Todo um cuidado, do meu ponto de vista inclusive exagerado, no sentido de... Eu, por exemplo, concordo com uma idéia como a do senhor ou, por exemplo, do representante do Ministério da Justiça que estava lá com o Delegado da Polícia Federal, Dr. Marcelo: abriremos uma discussão sobre a proibição de venda de armas e munições em zona de fronteira, provocar uma discussão sobre isso dentro do MERCOSUL, enfim, alguma coisa que mostre qual é a opinião do Brasil a respeito disso.

**O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN** - Só complementando. Veja como é interessante, porque a legislação paraguaia ela hoje é tão dura quanto a nossa. Então, por que permitem que vendam esse tipo de fuzil? A legislação é tão dura. Não tem razão nenhum de vender que não seja para as Forças Armadas

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O Embaixador do Paraguai chegou lá: "*Não, isso não é verdade. A nossa lei está aqui. É proibido*". O Cônsul foi lá, não tem ninguém vendendo...





**O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN** - O faz-de-conta nós não vamos aceitar, até porque temos muito mais liberdade no Legislativo do que muitos no Poder Executivo. Então, temos a liberdade de poder cobrar. Agora mesmo me perguntaram: *“Mas isso já não faz anos que acontece?”* Eu disse: *“Por isso mesmo”*. Quer dizer, há anos e anos. Eu me lembro que na primeira CPI do Narcotráfico, que fizemos, em 90, já falávamos disso. Isso faz 15 anos e continua tudo do mesmo jeito. Quer dizer, continuam vendendo nas cidades limítrofes. E é praticamente impossível, por que, junto com o outro contrabando, quantas mil pessoas não passam naquele “formiguinha”? Por incrível que pareça, já estão usando mulheres com granada amarrada — foi presa — e estão usando também jovens. Já foram presos jovens com armamento. Os jovens entram no ônibus e o armamento e a munição vão embaixo como bagagem, quer dizer, podendo até explodir um ônibus desse e matar todo o mundo.

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Sem dúvida, dentro dessa idéia, o Deputado Luiz Couto, que realmente é um estudioso e acompanha bem isso, acho que seria uma questão até humanitária, gritar por uma questão humanitária. Nós podemos defender o Brasil falando isso. O que está ocorrendo nas favelas e pelo Brasil afora é gritante. Na ONU agora vi eles usando fotografias de crianças na rua com metralhadoras na Rocinha. Então, onde nós estamos? Precisamos gritar e dizer a eles que o Brasil não aceita isso. Vamos acabar com as armas na fronteira. Estabelece-se que tais cidades de fronteira ou faixas de fronteira não possam vender armas. Acredito que os países vão estar sensíveis a isso.

**O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN** - E vai servir tanto para nós quanto para eles. Quer dizer, nós também não podemos vender. Não tem problema. Nós não queremos nos excluir, porque o que parece muitas vezes é que estamos jogando toda a culpa para eles. Não é; nós temos a nossa parcela de culpa. Mas, se os 2 não atuarem, não vai resolver nunca. Vão passar mais 16 anos e vamos estar aqui de novo falando sobre isso.

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Só uma observação: o grande problema que vejo é que a gente não pode misturar tudo. Essa população fronteiriça não necessita de



sua arma, da sua espingarda para defesa. O velho revólver 38, que antigamente era uma coisa, hoje ninguém mais fala dele. O que não pode são essas armas de grosso calibre. Para isso, não há razão. Não existe razão. Ninguém vai caçar com uma arma semi-automática. Não existe razão para esse comércio.

**O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN** - Com uma 7.62.

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Matar rolinha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Passa a ser um problema de segurança nacional, no sentido de que ou nós enfrentamos, ou, daqui a pouco, estaremos sendo dominados por essas quadrilhas que têm armas possantes que muitas vezes a própria Polícia não tem.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Da minha parte é isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Eu queria perguntar ao Dr. Vantuil o seguinte — é uma curiosidade: é redundância? É Divisão de Repressão ao Tráfico Ilícito? Existe um tráfico lícito ou é uma redundância que foi colocada nessa divisão? É só uma curiosidade para poder entender. Existe um tráfico lícito? Todo tráfico para mim é ilícito. Seria uma redundância nessa formulação?

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Olha, Deputado, já ouvimos muito sobre isso e realmente dá essa impressão. No início, até em outros documentos internacionais, vemos a questão do tráfico e coloca-se tráfico ilícito. Tenho impressão de que isso surgiu em razão de a pessoa pensar: *“Puxa vida, o tráfico de pessoas... Na rua vê um tráfico”*. Então, pode ter o tráfico lícito e pode ter o tráfico ilícito. Acho que a coisa partiu daí. Na verdade, não foi nem o criador dessa sigla.

**O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN** - Posso tentar ajudar? Acho que é mais um reforço porque todo tráfico é ilícito. É um esforço para a população poder entender.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Era só para entender isso aqui, era para reforçar a questão de que o tráfico traz uma ilicitude forte. porque, a partir desse tráfico, tem outras vertentes também que estão por trás. O Dr. Mauro colocou a questão que dentro da granada tinha cocaína e outras coisas que tem. Nesse sentido, acho que está explicado que é um reforço.



Eu queria saber o seguinte: lá na Paraíba todas as informações são repassadas para essa Divisão; lá foi feita uma chamada Operação Cangaço, no Sertão da Paraíba, onde foram encontradas armas de uso exclusivo das Forças Armadas. Já repassaram essa informação para a Divisão?

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Não, não tenho esses dados. Mas conheço (*inaudível*)... porque nós temos uma Divisão de Crimes contra o Patrimônio. E é até um dado interessante: no ano passado, apreenderam quase 50 armas de grosso calibre nas mãos desses grupos de assaltantes de banco — .30, .50 — no Nordeste especialmente, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Certo. Uma outra coisa que eu queria saber é sobre a operação armada na Bahia. V.Sa. colocou que tudo é muito aberto. Foi através de conversas, todo mundo falando, que vocês começaram a identificar e a realizar a chamada operação. Eram 9.900 cartuchos, não é? Foram identificados para onde iriam esses cartuchos? Se estão na Bahia, eles devem ter ido para algum Estado. Já identificaram o destino desses cartuchos?

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Pelo que nós levantamos, seria vendido no interior da Bahia. Em contrapartida à Operação Gatilho, esta, sim, a munição ia para especialmente Recife e, de lá, para todo o Nordeste, até Fortaleza tivemos algumas pontas. Isso foi levantado. O trabalho ainda está quente, como dizem, ainda está em andamento. Na verdade, essa munição de quase 3 milhões de itens que nós falamos ou pouco mais seria vendida, uma parte dela que estaria sendo levada, para quase todos os Estados do Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - A questão de fábricas de armas, que muitas vezes têm o nome de caseiras, mas que de fato se tornam uma produção industrial. Quem controla essa questão das chamadas fábricas que, pela informação que tivemos, com aquela campanha das armas alguns Municípios brasileiros que têm uma história de fabricação de armas produziram armas a valer, para que fossem entregues à Polícia Federal para receberem dinheiro. Quem é que faz o controle dessas chamadas fábricas? Há nisso algo que a polícia na operação identifica? Quem seria o responsável por isso? O Poder Público municipal, ao



autorizar, por exemplo, realizar, também não seria responsabilizado por isso, já que toda atividade comercial tem que ser autorizada? A Polícia Federal tem feito algum trabalho nessa linha?

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Infelizmente, isso aí ocorre na clandestinidade, primeiro. Se tiver alguma autorização do poder municipal é para fabricar outra coisa, com certeza. Não há. Eu sou da época, ainda, do Bico do Papagaio; desde aquela época nós enchíamos caminhonetes de espingardas, daquela por fora, naquela região do Maranhão, Tocantins hoje, Pará, e isso continua até hoje, como foi o caso do desarmamento, que apareceu armas realmente para poder receber aquele dinheiro, porque normalmente o custo dela era muito mais baixo, porque é um pedaço de pau com cano, um pequeno dispositivo ali. Eu acredito que necessitaria um trabalho mais efetivo das Polícias e do Exército. Eu digo isso porque a coisa ainda está, no novo Estatuto, eu acredito que não está bem definido quem é que cuida disso, se é a Polícia dos Estados, se é o Exército, se é a Polícia Federal. Seria interessante, para nós, que os senhores pudessem, às vezes, até ajudar-nos a definir isso numa próxima legislação. Quem vai cuidar do quê? Porque se o Exército cuida de uma parte, tudo bem, eles cuidam daquela parte e nós cuidamos da outra, mas que defina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Correto.

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - E isso não está muito claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Com certeza. Um outro aspecto que eu gostaria... Na sua fala, está muito claro que nós produzimos armas, mas nós não controlamos; não há uma fiscalização desde o momento da produção até o momento em que essas armas são vendidas, como aconteceu aqui, em que armas que foram vendidas para o Exército do Sri Lanka depois apareceram no Rio de Janeiro com uma marquinha do Exército do Sri Lanka. Quer dizer, esse é o aspecto importante do controle, da fiscalização, não apenas no momento que ela sai da fábrica, mas até o momento em que ela sai do País para outros locais.

Nesse aspecto, nós tivemos aqui um delegado do Rio de Janeiro e ele colocou, por exemplo, sobre navios de bandeiras estrangeiras que chegam com



armas e já no alto-mar, como não há controle nem fiscalização nessa área, porque as dificuldades são grandes, a Marinha não consegue, a Polícia Civil dos Estados, que deveria fazer isso, também não faz, porque também não tem instrumentos para aquilo, e os barcos chegam, descarregam — a nossa costa está aí toda livre — e terminam essas armas chegando ao crime organizado.

Na realidade, V.Sa. tem toda a razão. Ou nós teremos um controle maior, quer dizer, quem é que fiscaliza? Porque, muitas vezes, por exemplo, o representante do Exército diz: *“Não, nós só controlamos as armas do Exército”*. Quem controla as da Marinha, da Aeronáutica, por exemplo? Não há um controle nesse sentido. Então, é preciso definir efetivamente quem faz a fiscalização, quem faz esse controle, para que as responsabilidades sejam também assumidas por quem de direito.

Com relação à presença de policiais, por exemplo, nós já identificamos vários policiais do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e da Polícia Civil envolvidos com isso aqui. V.Sa. colocou a questão de um tenente do Exército brasileiro. Foi identificada a presença também de outros oficiais do Exército nessa questão de colaborar com o tráfico de armas, ou só foi esse caso aqui?

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Não, esse é um caso específico, que houve de fato um flagrante. Nós não temos nenhum indício ou dado que leve à participação de oficiais ou qualquer militar das Forças Armadas diretamente, hoje, com esse crime. O senhor me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Pois não.

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Eu gostaria de fazer um comentário quanto ao que o senhor disse, quanto ao controle de armas. O Exército e a Polícia Federal estão ultimando os 2 sistemas: o SIGMA e o SINARMA. Inclusive, tem uma reunião marcada, bem próxima, que já é para quase, só para acertar as questões de portaria, como vai funcionar. Os 2 sistemas vão se falar. Quer dizer, um vai poder consultar o outro, que é uma coisa nova — até então não era possível. Graças ao General Rosalvo, ao trabalho desenvolvido por ele e pela sua equipe, e, acredito, também que o nosso pessoal tem se desdobrado muito nesse sentido, aí, sim,



vamos ter o controle mais preciso do que se está produzindo, o que o comércio recebeu e o que o comércio colocou na praça. Hoje, já temos esse controle até o comércio. Hoje, se perguntar, o Exército tem, na Polícia Federal nós já temos esse controle, mas até o comércio varejista. A partir daí, a arma às vezes cai na clandestinidade ou, às vezes, antes, após a fábrica. Porque a fábrica tem um lote até onde pode produzir. Ela produz aquele lote autorizado e ele é registrado. A questão de munição também está sendo informado os lotes, porque agora tem que ser numerado, tem que ser identificada pela caixa, no caso da munição vendida no comércio, e no próprio estojo há, na base do estojo, para os órgãos de segurança.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Delegado Mauro, na sua exposição, mesmo com todo o trabalho da Divisão de Fronteiras que faz naquelas operações, V.Sa. coloca que há uma ausência do Poder Público nessas regiões. Como fazer para que efetivamente o Poder Público, não apenas o federal mas o Poder Público estadual, esteja presente nessa situação. É isso mesmo? É a ausência do Poder Público que dá mais espaço para que as armas possam adentrar em nosso País e aqui terem a sua... ou seja, o tráfico todo realizado para diversos Estados do nosso País?

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Não resta dúvida. Hoje vivemos a era da globalização. As nossas fronteiras só poderão ser mantidas pela avivenciação demográfica. Infelizmente, nós temos vazios demográficos imensos na região de fronteira e é o convidativo para ingressar em território brasileiro. Somos o maior centro consumidor da América do Sul. Portanto, somos o mercado final desses produtos que para cá vêm.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Uma coisa importante. Nós tivemos lá em Foz do Iguaçu e nós conversamos também com policiais, primeiro, a questão do número de policiais federais, das condições logísticas, de material, de recursos financeiros e materiais, para fazer aquele trabalho. Acho que é um heroísmo por parte da Polícia que faz. Porque enquanto vocês estão lá investigando na ponte lá da Ciudad Del Este ou lá na Ponte da Amizade, tem todo aquele lago da Itaipu que ali eles passam através de barcos, de outras coisas. Ou seja, na





realidade, até para o enfrentamento dessa questão, teríamos que ter um número significativo de policiais federais. Alguns concursos foram realizados, mas ainda consideramos que insuficiente para o enfrentamento de toda essa fronteira chamada seca que tem uma atividade; quer dizer, de lá para cá a gente verifica. E uma coisa que chamou a atenção lá no Rio Grande do Sul é através da troca de armas que eles estão usando automóveis. Automóveis inclusive clonados que vão para outros países e que realizam essa troca. O que V.Sa., como especialista, qual seria mesmo o número de policiais, de agentes, delegados que o Brasil deveria ter para o enfrentamento de toda essa questão das fronteiras?

**O SR. MAURO SPÓSITO** - O senhor me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Pois não.

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Eu ingressei no Departamento de Polícia Federal em 1976. E em 1976 havia um estudo da Fundação Getúlio Vargas que o Departamento necessitaria de 17 mil homens para prover as suas atividades. À época, em 1976, nós éramos 100 milhões de habitantes; hoje, somos 180 milhões de habitantes. O Departamento tem 11 mil homens, e a Constituição de 1988 nos trouxe muito mais atribuições do que a de 1976. Então, temos uma defasagem muito grande de servidores. Nós temos os encargos dobrados e temos que tomar conta. Não resta dúvida que se procura fazer o melhor, mas as nossas deficiências são muito grandes. Não se consegue formar um policial em apenas 6 meses ou 1 ano de academia. Ele vai aprender a ser um policial, 2 ou 3 anos depois, no trato com o público; na sua lida com o público é que ele vai aprender a sua atividade. Então, é uma questão que nós demoramos. Realmente, precisamos, a seguir com essas atribuições, de o efetivo ser duplicado, triplicado rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - A questão do contrabando de armas, com a chamada Lei do Abate, ou seja, algumas aeronaves não conseguem mais fazer aquele vôo para lá. E o que está acontecendo é que eles passam pela fronteira, ou de barco ou de carro, e como o crime organizado consegue se multiplicar, estariam usando aviões de fazendas. Isso é real mesmo?





**O SR. MAURO SPÓSITO** - É. Não resta dúvida. Há um mês, destruimos, em Santana do Araguaia, duas pistas, inclusive uma construída dentro de uma reserva indígena, utilizada para o transporte de cocaína.

Existe uma necessidade muito grande de escoar a cocaína que está sendo produzida em território colombiano. E o Brasil, basicamente, é caminho obrigatório.

Os traficantes brasileiros, o traficante gosta de dólar, não gosta de real. Então, o traficante brasileiro que quiser a sua droga tem que ir ao exterior buscar, comprar. O traficante norte-americano levam a ele, porque paga em dólar. Temos hoje um grande problema com isso. Temos uma frota de aviões de pequeno porte muito grande, é a segunda maior frota do mundo, e, em decorrência disso daqui, temos de estar muito atentos para essa situação: a utilização do nosso território como ponto de traslado para essas drogas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Nós verificamos as rotas todas aí em que a presença é muito forte. Hoje, os traficantes, além da verdinha, também estão usando o euro, que tem um valor maior do que o dólar.

Uma coisa interessante que eu queria perguntar para o senhor: eu gostei quando o senhor falou da Operação Ribeirinho, lá onde o senhor até intitulou como uma operação doce de coco, porque faz com que a população, que estava sendo cooptada, esteja ajudando a Polícia Federal a fazer também esse combate. S.Sa. disse que até em reservas indígenas vocês conseguiram destruir um campo de pouso.

Nós estivemos também em Manaus, numa outra atividade, que era da CPI da Exploração Sexual, mas lá também se falava que índios estariam sendo cooptados e treinados pelas FARC, servindo ao crime organizado e depois retornando para o nosso País. A partir dessa ação da Operação Ribeirinho, essa situação modificou-se, é claro, mas ainda existe essa busca das FARC de pegar pessoas do nosso País para treiná-las, servindo tanto para o tráfico de drogas, como para o tráfico de armas?

**O SR. MAURO SPÓSITO** - O objetivo deles, ao recrutar indígenas, é aumentar os seus efetivos, não resta dúvida. Mas é que tantos os makus, por



exemplo, estão tanto do lado colombiano, como estão do lado brasileiro — os ticunas. Então, inexistente essa noção de espaço territorial para eles.

E uma das coisas com que tenho muita preocupação é que hoje as FARC fazem um apelo étnico de território: a criação de uma nova Colômbia em cima de um território étnico indígena. Isso é mais para ter um apelo publicitário do que qualquer outra coisa.

Mas também, colocando nessa situação, abrimos um posto numa localidade chamada Melo Franco que, quando chegamos lá, existiam apenas 20 famílias de indígenas, todos eles haviam fugido da área com medo do recrutamento feito pelas FARC.

Hoje, já com quase 2 anos que estamos lá, existem mais de 200 famílias de indígenas que retornaram às suas posições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Ótimo. E, para concluir, quando V.Sa. colocava aquelas granadas coloridas, eu me lembrava também do tráfico de drogas, de ecstasy, que também são coloridos de diversas formas, parece que eles estão utilizando também esse *marketing* do tráfico de drogas e colocando agora para as granadas, que são granadas que vêm coloridas e que dão uma...

Essa situação das granadas, que são lançadas, elas hoje estão presentes em todas as regiões do nosso País ou estão mais localizadas naquela região do Rio de Janeiro, de São Paulo?

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Eu não tenho conhecimento da utilização desses *launchers* por traficantes aqui, na zona urbana brasileira. Essas granadas são mais utilizadas para combates rurais em razão de que ela é lançada a 200 metros de distância e causa uma explosão muito grande; e, sim, para abrir espaços. É mesmo para combate militar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Para combate militar...

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Combate militar. Eu não conheço, apesar do que isso que aconteceu ontem na Rocinha foi pior do que um combate militar, mas ainda não tenho conhecimento. Já apreendemos diversas granadas dessas em território



brasileiro, mas não tenho conhecimento de emprego delas em assaltos, coisas dessa natureza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Porque aqui a gente já teve oportunidade, Deputado Moroni, de lança-mísseis, ou seja, diante do PCC, de que estava... agora não eram mais aquelas armas, já tinham isso aqui. É possível que, com o serviço de inteligência que eles têm e com o raio de influência que eles têm, inclusive, infelizmente, utilizando policiais civis e militares que deveriam estar combatendo o crime, mas estão a serviço do crime, colaborando com eles, é possível que essas granadas não estejam apenas em termos do combate lá, mas que já estejam nas mãos deles para serem utilizadas. Porque, enquanto nós ficamos com a escassez de recursos, de material, eles têm tudo para comprar o que eles quiserem, basta ter alguém que venda, porque dinheiro eles têm.

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Sem qualquer tipo de licitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Pois é, isso mesmo.

Então pergunto ao Deputado Moroni Torgan, que é o Presidente, porque pode agora ter alguma outra questão e, depois, se não tiver, podemos concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Só quero encerrar perguntando uma coisa. Nós recebemos uma denúncia aqui de que, na verdade, o tráfico agora tinha mudado um pouco. Eles trazem o armamento e a munição para dentro do território brasileiro e saem de pistas de pouso de fazendas dentro do território brasileiro e, a partir daí, vão para outros lugares dentro do Brasil, para evitar, justamente, a entrada do avião devido ao SIVAM, eu acredito. Isso é possível acontecer?

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Veja, o mercado é um mercado *sui generis*. Primeiro, munição é pesada. Então, para o transporte de munição, você tem que estar num ponto próximo do objetivo, porque você não pode colocar combustível a mais dentro da aeronave. As pistas utilizadas para descarregar essa munição, descarregar esse armamento são pistas muito ruins. Quer dizer, somente aeronaves de pequeno porte mesmo é que fazem esse traslado. Então, o que ocorre é que elas não têm muito espaço para percorrer. Essa distância que eles percorrem, em média



mil quilômetros, seria o máximo que eles poderiam fazer. Eu não acredito que eles conseguissem fazer... Seria um transporte muito caro, ficaria muito caro transportar menos quantidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - É que nós estamos pensando, talvez, em termos de Amazônia. Eu digo aqui mais para baixo, em termos de Paraná, Mato Grosso do Sul. A denúncia seria mais aqui no Paraná, Mato Grosso do Sul.

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Aqui as distâncias são pequenas. Realmente, é bem possível que isso venha acontecendo, porque nessa região de Paraná, Mato Grosso do Sul a incidência de pistas em fazenda é muito grande. É diferente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Da situação da Amazônia.

**O SR. MAURO SPÓSITO** -...do quadro que a gente tem no Norte. Mato Grosso é uma pista de pouso atrás da outra. Dentro de cada fazenda tem uma pista, praticamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Está bom.

Eu quero agradecer ao Deputado Luiz Couto, ao Delegado Mauro Spósito, ao Delegado Vantuil, e dizer que foi uma satisfação muito grande ter vocês aqui conosco, e agradecer por essas informações, que, de qualquer jeito, corroboram as preocupações da CPI. E vamos trabalhar juntos.

Eu gostaria até que, de repente, a gente pudesse, com os técnicos da CPI, sentar com técnicos do Departamento e ver na legislação onde nós poderíamos melhorá-la, de modo a termos sugestões nesse sentido.

Eu acho que, a nível de outros países, temos duas sugestões interessantes: não vender áreas na faixa de fronteira, pelo menos 50 quilômetros, e não permitir a venda de arma proibida, quer dizer, a importação de arma proibida, a não ser pelas Forças Armadas. Eu acho que se tem brecha para eles remeterem... Pelo que eu vejo, muitas armas, a maioria pelo Paraguai, algumas pela Argentina, outras pelo Uruguai, estão vindo da China, de outros lugares que passam a fazer parte aí desse contrabando de armas, que, infelizmente, em média...A Colômbia vive a guerra lá.



Mas a nossa guerra aqui mata 100 pessoas por dia. Então, essa é a nossa preocupação.

Eu agradeço a presença de ambos, os 2 têm oportunidade de falar, se quiserem, agora. As cópias dos CDs e da escrita, acho, não tem problema de ficarem aí.

Agradeço e passo a palavra aos 2 para as considerações finais.

**O SR. VANTUIL LUÍS CORDEIRO** - Bom, eu quero agradecer o convite. Foi um prazer virmos aqui e estamos à disposição. Temos colegas delegados que fazem parte da Comissão. Eu acredito que essa manifestação do senhor é muito interessante para nós sentarmos e, às vezes, definirmos alguma parte da legislação que venha colaborar, no futuro, com o Congresso Nacional e com a modificação futura. Só tenho a agradecer a todos. Muito obrigado, Deputado Luiz Couto, também pela participação.

**O SR. MAURO SPÓSITO** - Só mesmo agradecer e estamos à disposição para o que for necessário. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Nós que agradecemos aos Delegados as participações. Desejamos muito sucesso nas suas atribuições, que são difíceis. Eu não invejo nenhuma das duas atribuições. (*Risos.*)

Quero dizer que a CPI sempre estará ao lado dos senhores para ajudar nesse problema que tem tirado tantas vidas do povo brasileiro.

Convoco reunião para terça-feira, às 14 horas.

Está encerrada a sessão.